



**ENCONTRO**  
**DAS ORGANIZAÇÕES**  
**POPULARES**  
**DO CONCELHO**  
**DE LOURES**

CD 2



1.º ENCONTRO

DAS

ORGANIZAÇÕES POPULARES

DO

CONCELHO DE LOURES



Nº 8404

1º ENCONTRO

DAS

ORGANIZAÇÕES POPULARES

DO

CONCELHO DE LOURES



## INTRODUÇÃO

O 1º Encontro das Organizações Populares do Concelho de Loures foi precedido de cerca de cinquenta reuniões levadas a efeito em todo o Concelho e compreendidas por: Assembleias de Trabalhadores, Assembleias de Moradores, reuniões com Pequenos Comerciantes, reuniões com Pequenos Industriais e reuniões com Colectividades. Nestas reuniões foram discutidas as reivindicações mais sentidas pelas populações, debatidas soluções para os problemas mais gerais que afectam a vida e organização político-social e económica do nosso Concelho.

Estas reuniões preparatórias, efectuaram-se nos 15 dias que antecederam o Encontro e demonstram o dinamismo que anima as massas populares na criação das estruturas que conduzirão à consolidação do poder popular. Demonstram também que as populações se sentem estimuladas para tomar nas suas mãos o processo revolucionário e destruir a actual máquina burocrática inadequada à revolução. Demonstraram ainda que as carencias que afectam os habitantes deste Concelho resultam duma política anti-popular e anti-democrática imposta pelo sistema fascista derrubado em 25 de Abril de 1974.

O carácter unitário desta realização está ex-



presso nas propostas aprovadas no plenário final, bem como nas discussões havidas sobre os vários temas em que se dividiram as secções que funcionaram na primeira parte deste Encontro.

Mas o verdadeiro interesse deste Encontro está na determinação de todo o Povo do Concelho para a concretização das perspectivas abertas pelas resoluções aprovadas por grande maioria dos representantes das organizações reunidas em Loures.

Unidos à volta das organizações populares já formadas e na resolução dos problemas concretos que interessam às populações, marcharemos rumo ao SOCIALISMO.

#### À POPULAÇÃO DO CONCELHO DE LOURES

A ORGANIZAÇÃO POPULAR, FACE AO PROCESSO REVOLUCIONÁRIO QUE ESTAMOS A VIVER, É UM FACTOR IMPORTANTE PARA A CONSTRUÇÃO DA SOCIEDADE SOCIALISTA QUE SE PRETENDE INSTAURAR NO NOSSO PAÍS.

AS POPULAÇÕES DEVIDAMENTE ORGANIZADAS EM COMISSÕES DE MORADORES, COMISSÕES DE TRABALHADORES, COMISSÕES SINDICAIS, ASSOCIAÇÕES DE PEQUENOS COMERCIANTES, PEQUENOS INDUSTRIAIS, PEQUENOS AGRICULTORES, ASSOCIAÇÕES DE COLECTIVIDADES, BOMBEIROS, COOPERATIVAS, ETC., TERÃO UM PAPEL PREPONDERANTE NA MANUTENÇÃO E REFORÇO DAS CONQUISTAS JÁ ALCANÇADAS E, NUM FUTURO BREVE, TERÃO MESMO IMPORTANCIA FUNDAMENTAL, NOMEADAMENTE NA CONSTITUIÇÃO DAS JUNTAS DE FREGUESIA E CAMARAS MUNICIPAIS.

A COMISSÃO ADMINISTRATIVA DA CAMARA, ATENTA À NECESSIDADE DE DINAMIZAR E REFORÇAR TODAS AS ORGANIZAÇÕES POPULARES E À MOBILIZAÇÃO DAS POPULAÇÕES COM VISTA À DISCUSSÃO DE PROBLEMAS CONCRETOS, REUNIU COM TODAS AS COMISSÕES ADMINISTRATIVAS DAS JUNTAS DE FREGUESIA QUE SE PROPUSERAM LEVAR À PRÁTICA TAL TA-



REFA. PARA MELHOR GARANTE E APOIO AO PROCESSO, FOI ELEITA UMA COMISSÃO DINAMIZADORA.

A COMISSÃO DINAMIZADORA CONVIDA AS POPULAÇÕES A PARTICIPAREM NAS REUNIÕES QUE SE IRÃO EFECTUAR EM TODAS AS FREGUESIAS PARA QUE SE ORGANIZEM DE MODO A QUE A FRACÇÃO POVO POSSA RESPONDER CADA VEZ MAIS E MELHOR À SUA ALIANÇA COM O MFA. ESTA COMISSÃO PENSA PORTANTO QUE SÓ DEVIDAMENTE ORGANIZADAS AS POPULAÇÕES TOMAM PARTE ACTIVA NA VIDA NACIONAL E, NESSE SENTIDO, APELA PARA UMA AMPLA PARTICIPAÇÃO EM TAL TAREFA.

LOURES, 19 de JUNHO de 1975

## MANIFESTO À POPULAÇÃO

Como é do conhecimento geral, logo após o 25 de Abril iniciou-se um processo de saneamento a nível de Juntas de Freguesia e Camara Municipal, a fim de desalojar todos os individuos que, durante anos e a nos serviram, a nível local e das mais variadas formas, de suporte ao regime fascista.

Cedo se verificou que não bastava substituir os antigos caciques por pessoas honestas e válidas, quando todas as estruturas se mantinham inalteradas.

As populações conscientes deste facto e de que só participando de forma organizada, conseguem criar condições objectivas para o encontrar de soluções para os seus problemas concretos, desencadearam toda uma movimentação no sentido da criação de Comissões de Moradores e outras formas organizativas. Estas organizações vão encontrando dia a dia, sérias dificuldades no encontro de soluções para as suas necessidades mais prementes.

São necessarias estruturas de administração local onde as massas populares estejam efectivamente representadas e participem viva e activamente em todos os problemas da vida nacional.

Há que encontrar formas de organização do movi-



mento popular capazes de desempenhar papel importante no processo revolucionário. Há que encontrar formas de organização para os pequenos comerciantes, pequenos industriais, pequenos agricultores, colectividades, etc.

Foi perante estas necessidades que a Comissão Dinamizadora vem exercendo em todo o concelho uma vasta actividade, quer assistindo a reuniões e plenários de moradores, quer promovendo ela própria essas reuniões.

Do trabalho realizado até agora concluiu-se pela necessidade da realização do 1º ENCONTRO DAS ORGANIZAÇÕES POPULARES DO CONCELHO. Este encontro vai realizar-se no próximo Domingo, dia 6/7/75, nas salas do Colégio Secundário de Loures, a partir das 9 horas. Nele vão ser amplamente analisados problemas de: HABITAÇÃO, ASSUNTOS SOCIAIS, ACTIVIDADES SÓCIO-CULTURAIS, ENSINO, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES, PEQUENOS COMERCIANTES, PEQUENOS INDUSTRIAIS; PEQUENOS AGRICULTORES, BATALHA DA PRODUÇÃO E ORGANIZAÇÕES POPULARES. Todo este trabalho culminará num grande plenário a realizar nesse mesmo dia, às 15 horas na Quinta do Correio-Mor.

A organização apela para a participação de todos os moradores organizados em Comissões de Moradores, para os trabalhadores organizados em Comissões de Trabalhadores e Comissões de Delegados Sindicais para as Colectividades, para todos os Pequenos Comerciantes, Pequenos Agricultores, Pequenos Industriais e para todos os Partidos Políticos verdadeiramente progressistas.

COMPARECE - PARTICIPA - DIVULGA

Loures, 1 de Julho de 1975

A Comissão Dinamizadora  
A Comissão Administrativa da Camara Municipal Loures  
As Comissões Administrativas das Juntas de Freguesia  
As Comissões de Moradores e de Trabalhadores do Concelho.

## PROGRAMA

DAS 9 ÀS 13 HORAS: DISCUSSÃO DOS TEMAS NAS VÁRIAS SECÇÕES, NO COLÉGIO SECUNDÁRIO DE LOURES.

DAS 13 ÀS 15 HORAS: ALMOÇO E CONVÍVIO NA QUINTA DO CORREIO-MOR.

ÀS 15 HORAS: PLENÁRIO FINAL COM A PRESENÇA DO MFA NA QUINTA DO CORREIO-MOR.

### SALA 1 ACTIVIDADES SÓCIO-CULTURAIS

- Desporto
- Cultura
- Recreio

### SALA 2 ASSUNTOS SOCIAIS

- Saúde
- Creches
- Jardins de Infancia
- Espaços Verdes
- Protecção do meio ambiente

### SALA 3 HABITAÇÃO



- Crise da habitação
- Atribuição das casas
- Especulação de rendas
- Controle das casas devolutas
- Função social da habitação
- Associação de inquilinos como forma de organização
- Política e especulação de solos

#### SALA 4

##### TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

- Vias de acesso
- Regulamentação dos transportes colectivos
- Segurança Rodoviária

#### SALA 5

##### ENSINO

- Ensino Pré-Primário
- Ensino Primário
- Ensino Secundário
- Ensino Universitário
- Trabalhadores estudantes
- Política de ensino

#### SALA 6

##### PEQUENOS COMERCIANTES

- Contribuições e Impostos
- Concorrência dos monopólios
- Crédito da Banca
- Preços e margens de lucro
- Abastecimento de mercados
- Associações ou outras formas de organização

#### SALA 7

##### PEQUENOS INDUSTRIAIS

- Crédito da Banca
- Mercados
- Aquisição de matérias primas e colocação de produtos
- Contribuições e Impostos
- Associações ou outras formas de organização

#### SALA 8

##### PEQUENOS AGRICULTORES

- Crédito da Banca
- Concorrência
- Abastecimento
- Contribuições e Impostos
- Formas de apoio técnico e outras
- Associações e outras formas de organização

#### SALA 9

- Controle Operário
- Vigilância
- Desemprego

A Comissão Dinamizadora Concelhia

A Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Loures

As Comissões Administrativas das Juntas de Freguesia

As Comissões de Moradores e de Trabalhadores do Concelho



## Grupo 1

### ACTIVIDADES SÓCIO-CULTURAIS

#### PRESENCAS:

#### COMISSÕES DE MORADORES DE:

Pòvoa de Sto. Adrião  
Sacavém  
Patameiras  
S. Sebastião de Guerreiros  
Cabeço de Montachique  
Bairro de Mira-Loures - Camarate  
Pinheiro de Loures  
Porto da Paiã  
Pontinha  
Serra da Luz  
Moscavide  
Olival Basto  
Lousa

#### OUTRAS PRESENCAS

Direcção Geral dos Desportos  
Junta de Freguesia de Sacavém

Lusitano de Odivelas  
Colectividade de Porto da Paiã  
1 morador de Carnide  
1 morador de S. Julião do Tojal  
Victória Futebol Clube de Patameiras

### ACTIVIDADES SÓCIO-CULTURAIS

Considerando que as colectividades em si representam centros dinamizadores de toda a forma cultural e política do Povo.

Considerando que também será nas colectividades que a população debaterá muitos dos seus problemas sociais e políticos que vão aparecendo na medida do avanço do processo revolucionário, concluiu-se:

1.- Que as colectividades passem a servir o povo e não a servir-se dele. Para isso é necessário criar legislação diferente da actual que leve à modificação dos estatutos e à colectivização das instalações existentes.

2.- Que haja apoio governamental para todas as iniciativas locais de pequenos clubes e colectividades.

3.- Que as colectividades sejam isentas de impostos, contribuições e outros encargos que normalmente têm.



4.- Que não sejam isentos de encargos os clubes ou colectividades que não sejam puramente amadores.

5.- Que se fomente uma colaboração efectiva inter-colectividades, clubes e organizações populares, de modo a criarem um núcleo coordenador que estabeleça um plano de actividades recreativas, culturais e desportivas.

6.- Que seja formada uma Comissão Coordenadora a nível do concelho, a partir do Conselho de Freguesia, de toda a actividade dos pequenos clubes e colectividades, com o fim de apoiarem as suas iniciativas e dinamizá-las.

7.- Esta Comissão Coordenadora deverá:

- a) fazer ligação entre as colectividades e os clubes e entre estes e as entidades governamentais, no sentido de definir prioridades em relação ao apoio a dar às iniciativas daquelas.
- b) fazer o aproveitamento máximo das instalações existentes, colocando as instalações das colectividades e clubes ao serviço da comunidade (incluindo os deficientes).
- c) fazer o aproveitamento de todos os locais que tenham condições para a prática de actividades culturais recreativas e, desportivas, como por exemplo: parques, terrenos livres e armazéns, barracões vazios, etc.
- d) dar apoio cultural, quer através da difusão e recolha de textos como ainda de colóquios, debates e exposições.

8.- Que sejam utilizadas prioritariamente as instalações das colectividades e clubes para:

- a) Campanhas de alfabetização
- b) Campanhas de educação para a saúde
- c) Campanhas de formação política
- d) Formação e intercambio de grupos corais,

de teatro, de musica e actividades desportivas.

9.- Que os corpos gerentes das colectividades, possam ser membros efectivos das organizações populares, acabando de uma vez para sempre com o presidencialismo e a clubite, visto esta ter sido criada pelo sistema capitalista com a finalidade de lançar os trabalhadores uns contra os outros e deste modo, manter a exploração.

10.- Que se vire o desporto para a sã competição massificando-o e dirigindo-o sobretudo para as camadas mais jovens da população.

11.- Que se sensibilize o Povo para as actividades culturais, recreativas e desportivas.

12.- Que se intensifique o convívio entre a população.

## Grupo 2

### ASSUNTOS SOCIAIS

#### PRESENCAS:

Odivelas-Comissão de Moradores de Patameiras  
" " " " " " " " Senhor Roubado  
" " " " " " " " Memória  
" " " " " " " " Pontinha  
" " " " " " " " Serra da Luz  
Póvoa de Sto. Adrião-Comissão de Moradores do Bairro dos Sete Castelos  
Comissão de Moradores da Quinta da Sena  
Comissão de Moradores do Olivado de Basto  
Sacavém-Comissão de Moradores de Sacavém  
S. João da Talha-Comissão de Moradores do Bairro Manuel Diniz  
Unhos-Comissão de Moradores do Bairro Venceslau (Cajal)  
Comissão de Moradores do Bairro Nossa Senhora da Saúde  
Camarate-Comissão de Moradores do Bairro Mira Loures  
Comissão de Moradores do Bairro do Grilo  
Moscavide-Comissão de Moradores de Moscavide

Sta. Iria de Azoia-Comissão de Moradores de Pirisco<sup>xe</sup>  
S. Julião do Tojal-Comissão de Moradores de S. Julião do Tojal

Com a presença de Comissões de Moradores da qual se totalidade das freguesias do concelho, esta secção que visava a discussão dos Assuntos Sociais (creches, saúde, zonas verdes, etc.) iniciou os seus trabalhos às 9 h. 45 m.

Como ordem de trabalhos optou-se pela seguinte:

1º- Ponto prévio discutindo a organização popular, o seu interesse e algumas formas que ela pode e deve tomar.

2º- Realizações efectuadas pelos elementos das Comissões de Moradores voltadas para este assunto e realizações planificadas a breve trecho.

3º- Discussões na especialidade dos vários temas integrados como pontos a debater nesta secção.

#### 1º Ponto da Ordem de Trabalhos

Ressaltou, após breve explicação da organização popular, tal como a Comissão Dinamizadora a vê, ressaltou, dizia-se, o interesse de tal realização o mais urgente possível.

Surgiu também a necessidade de essa organização ser a mola real da dinamização e realização local dos problemas ansiados pela população, resolução que a ser levada a efeito corresponde à construção de um Portugal Novo e Socialista para que o MFA aponte e o Pvo agora tem obrigação de construir.

Também, e no final, apontou-se a urgência de tal organização por só assim ser possível à componente Povo responder ao seu aliado MFA na resolução dos problemas totais da nossa revolução.

Como súmula do 1º ponto:

- A urgência da Organização Popular nestes moldes apontados pela Comissão Administrativa da Cama-



ra e inteiramente aprovados não só pela Comissão Dinamizadora mas também pelas Comissões administrativas das Juntas de Freguesia e Comissões de Moradores presentes.

### 2º Ponto da Ordem de Trabalhos

Informações da Comissão de Moradores do Olival de Basto do trabalho desenvolvido neste sector:

- Construcção de um Infantário-Creche
- Informação da população local sobre o problema premente da cólera.
- Tentativa de resolução de problemas sanitários nomeadamente dos esgotos.
- Necessidade de estruturação de uma campanha sanitária de vacinação e educação sanitária da população a desenvolver por todas as comissões de moradores voltadas para este problema.
- Necessidade de criação de Centros de Saúde polivalentes que correspondam às necessidades da população, nomeadamente maternidade e sector de doenças profissionais.

- Realização de um jardim que já está em estudo.

A Comissão de Moradores de S. Julião do Tojal, informou sobre a ocupação de uma casa onde se pretende instalar:

- Creche
- Posto Médico
- Biblioteca
- Cantina, etc.

Já foram dados os primeiros passos como, electrificação, limpeza, etc.

A Comissão de Moradores de Cabeço de Montachique informou sobre a ocupação de um terreno com casa anexa onde se pretende instalar:

- Escola
- Creche
- Posto Médico
- Biblioteca
- Enfermaria, etc.

Pôs-se também ao dispor das restantes comissões

de moradores para transmitir ensinamentos que já colherão.

A Comissão de Moradores de Sto. António dos Cavaleiros ocupou terreno para instalar:

- Mercado
- Infantário
- Parque Infantil
- Cooperativa de Consumo
- Posto Policial
- Pavilhão Ginmoddesportivo

A Comissão de Moradores de Lousa anunciou o aproveitamento de um velho edifício escolar para a realização de casa para velhos e desprotegidos.

Outras realizações de menor monta foram fôcadas ressaltando no entanto, mais uma vez, a necessidade de haver uma organização popular que coordene todos os esforços para não haver desperdícios e para só assim se ultrapassar a máquina administrativa demasiada legalista e emperrada que entrava todo o processo revolucionário por falta de resposta aos anseios da população.

### 3º Ponto da Ordem de Trabalhos

Ressaltou a necessidade da Revolução atingir os solos, o ambiente, todos os pontos onde efectivamente o que existir tenha de ser alterado para se tornar efectiva a luta contra a doença. Ressaltou também como única solução serem as populações a criarem, pelos seus próprios meios, a possibilidade de resolverem directamente os seus problemas. Evitar a Poluição a todos os níveis foi a palavra de ordem nesta altura dos trabalhos e o saneamento dever iniciar-se desde já impulsionado pelas comissões de moradores.

Creches - necessidade urgente de criar creches, mas de uma maneira organizada; planificar conjuntamente as zonas onde devem existir de modo a servir com a ajuda dos meios de transporte, zonas as mais largas possível.

Defesa intransigente de realização dessas creches pondo, as crianças inclusivé, a colaborar na sua realização e ultrapassando, pela ajuda das populações, a carencia de tecnicos existentes e que o Governo deverá formar em cursos intensivos o mais rapidamente possível.

Preservar as zonas verdes, vigiando as Comissões de Moradores todas as realizações que visem a sua destruição, de modo a impedir que elas desapareçam. Proteger, em suma, o meio ambiente.

Necessidade também sublinhada de se formarem Centros de Saúde que visem descentralizar ao máximo os cuidados médicos nomeadamente de apoio aos nascimentos e às crianças, incluindo o papel fundamental a desenvolver junto das crianças inadapta<sup>das</sup> que poderão ser recuperadas através de consultas externas e com o apoio devido nas creches em que se integrou - neste ponto deu particular ajuda o Centro de Recuperação Psiquiátrica de Cabeço de Montachique e Comissão de Educação e Reabilitação de Crianças Inadapta<sup>das</sup> de Lisboa e da Margem Sul. Focou-se também a urgencia da reintegração dos Serviços da "Caixa" nestes Centros.

Surgiram por fim, mais as seguintes moções e propostas que entendemos também dar conhecimento:

Proposta - (1) - Aprovada por unanimidade

Moção - (1) - Aprovada por unanimidade

Moção - (2) - Aprovada por aclamação

Proposta - (2) - Propõe-se que as Comissões de Moradores façam o levantamento das disponibilidades humanas e materiais ligadas à saúde de toda a sua zona e enviem o resultado desse trabalho à Comissão integradora de Saúde para a Camara no prazo de 8 dias.

Qua a dita Comissão convoque um plenário dos elementos das Comissões de Moradores existentes no Concelho, voltadas para este assunto, no prazo máximo de 15 dias após os 8 dias iniciais e que nesse plenário o 1º ponto seja a discussão e eleição de uma

Comissão Dinamizadora que coordene todos os trabalhos de Saúde do Concelho com vista à sua incorporação no Serviço Nacional de Saúde.

Esta Proposta foi aprovada por unanimidade.

#### Moção 1

No 1º Encontro das Organizações Populares do Concelho de Loures realizado em 6 de Julho de 1975, concluiu-se pela necessidade urgente de criação do Serviço Nacional de Saúde, sem o que serão votadas ao fracasso a maioria das medidas imediatas.

Nesta linha é fundamental avançar-se para a integração dos Serviços Médico-Sociais da Previdencia na Saúde em geral e criarem-se Centros de Saúde implantados na comunidade.

(Que esta moção seja enviada ao Ministério dos Assuntos Sociais, Secretaria de Estado da Saúde e Conselho da Revolução e divulgada nos meios de comunicação social.)

#### Moção 2

Verificando-se que os problemas de Saúde existentes no nosso concelho são de acuidade premente e não são mais que o reflexo do que se passa a nível nacional, permitimo-nos censurar a atitude tomada pelo núcleo "conservador" dos Médicos na última Assembleia da Ordem dos Médicos.



(A ser aprovada pelos presentes esta moção deve ela fazer parte do relatório das conclusões deste Encontro e ser transmitida ao Conselho da Revolução, Ministério dos Assuntos Sociais, Secretaria do Estado da Saúde, Órgãos de comunicação social.)

### Grupo 3

### HABITAÇÃO

#### PRESENCAS:

#### COMISSÕES DE MORADORES DE:

- Porto da Paiã - Odiveelas
- Senhor Roubado - Odiveelas
- Bairro das Patameiras - Odiveelas
- Odiveelas
- Serra da Luz - Odiveelas
- Loures
- Flamenga - Loures
- Fonte Santa - Loures
- Pinheiro de Loures - Loures
- S. Sebastião de Guerreiros - Loures
- Sto. António dos Cavaleiros - Loures
- Póvoa de Sto. Adrião
- Olival de Basto
- Bairro de Mira Loures
- Sacavém de Cima
- Sacavém de Baixo
- Fanhões
- Lousa
- Carcavelos - Lousa
- Lousa de Cima

- S. Julião do Tojal
- Sta. Iria de Azoia
- Bairro dos Fetais - Camarate
- Frielas
- Apelação
- Moscavide
- Portela de Moscavide

## CONCLUSÕES

### TEMAS: CRISE DA HABITAÇÃO

1. Que seja criada legislação revolucionária que permita expropriar a curto prazo todos os terrenos com projectos aprovados e nos quais a construção não se tenha efectivado.
2. Que sejam expropriados todos os terrenos urbanizáveis com projectos aprovados ou não, cujos proprietários estejam abrangidos pelo Decreto-Lei n. 660/74.
3. Que não sejam prorrogadas as licenças de construção cujos prazos tenham expirado sem que se tenha verificado o início da obra, integrando-se esses projectos no programa de habitação social a estabelecer pelo Fundo de Fomento de Habitação ou através da utilização de um fundo de habitação a criar com controle sobre as rendas especulativas, em cada freguesia.
4. Que nas localidades em que se verifique crise de habitação seja dada prioridade aos habitantes do local na ocupação ou no destino a dar às casas "fim de semana".
5. Que seja dada prioridade às Cooperativas de Operários da Construção Civil na execução das obras municipais.

## ATRIBUIÇÃO DAS CASAS

1. Que as Comissões de Moradores e Juntas de Freguesia estabeleçam controle sobre o arrendamento de casas de habitação.
2. Que seja dada prioridade aos habitantes das baracas e das habitações degradadas para a atribuição de casas.
3. Que as Comissões de Moradores e Juntas de Freguesia elaborem inquéritos e critérios que possibilitem o estabelecimento de prioridades na distribuição de casas.
4. Que, desde já, reconsidere prioritário o arrendamento dos rés-do-chão dos edificios de habitação a famílias em que existam deficientes físicos.
5. Que sejam revistos os critérios de atribuição de casas de renda económica, propriedade das Autarquias Locais e das Instituições de Previdencia, em função dos rendimentos familiares actualizados e da qualidade ou não de proprietário de casas de rendimento do actual ocupante.

## ESPECULAÇÃO SOBRE AS RENDAS

1. Que o pagamento das rendas de casa seja feito sob o controle das Autarquias Locais, ao nível de Freguesia.
2. Que das rendas a receber por intermédio das Autarquias Locais seja extraída uma percentagem que poderá atingir os 80% destinada à criação de um Fundo de Habitação Social.
3. Que as rendas sejam estabelecidas em função do rendimento familiar, quer para os novos arrendamentos, quer para os arrendamentos já existentes.

## CONTROLE DAS CASAS DEVOLUTAS

1. Que as Comissões de Moradores efectuem um levan-



tamento da localização de todas as casas devolutas.

2. Que as Juntas de Freguesia tomem conta de todas as habitações devolutas, cujos senhorios tenham feito depradações nas habitações de modo a torná-las inabitáveis ou daquelas cujos senhorios inuquem que se destinam a ser demolidas.
3. Que as Juntas de Freguesia e as Comissões de Moradores intervenham na elaboração de contratos de arrendamento, fiscalizem o cumprimento dos prazos previstos na lei para efectivação dos novos arrendamentos e tomem medidas para efectiva participação, pelos senhorios, das casas devolutas.
4. Que os inquilinos participem às Comissões de Moradores, com a devida antecedencia, a mudança pa outra habitação.

#### FUNÇÃO SOCIAL DA HABITAÇÃO

1. Que se estabeleça inequivocamente na lei o direito à habitação e a função social da habitação, cabendo ao Estado o controle da iniciativa privada neste domínio.
2. Que se anuleo direito de transmissão das casas que se destinam a resolver o problema da habitação, utilizando o direito de expropriação em favor das Autarquias Locais.

#### ASSOCIAÇÕES DE INQUILINOS

1. Que sejam criadas, em todos os prédios, associações dos respectivos inquilinos, podendo prever-se a associação de conjuntos de vários prédios, da mesma rua.
2. Estas associações terão como função essencial o controle das rendas e da mudança dos inquilinos, o controle da participação das casas devolutas e das condições de habitabilidade dos fogos e, ain

da, o controle da execução, por parte dos senhorios, das obras necessárias à criação daquelas condições de habitabilidade. As associações deverão tomar todas as medidas necessárias para tornar efectiva a execução daquelas obras por parte do senhorio.

#### POLÍTICA E ESPECULAÇÃO DE SOLOS

1. Que sejam considerados de utilidade pública todos os solos ocupados por barracas e que seja efectuada a sua expropriação sem indemnização a título de compensação pelos sacrificios sofridos pelas populações que nelas habitam.
2. Que sejam considerados de utilidade publica todos os terrenos urbanizáveis definidos nos planos urbanizáveis definidos nos planos directores a elaborar ou já elaborados pelas Câmaras Municipais.

#### BAIRROS CLANDESTINOS E BARRACAS

- 1.- Que às Comissões de Moradores dos bairros de habitação degradada seja dado todo o poder de cobrar as rendas e utilizá-las no melhoramento das condições de habitabilidade ou na criação de um fundo para a construção de novas habitações.
- 2.- Que as Comissões de Moradores exerçam um controle efectivo sobre os edifícios construídos sem licença, não deixando de ter em conta os casos em que se trata de construção de habitação própria.
- 3.- Que sejam expropriados todos os terrenos loteados clandestinamente, devendo as Comissões de Moradores exercer um controle efectivo sobre estas manobras especulativas.
- 4.- Que a verba de 1 000 000 de contos prevista no Orçamento Geral do Estado para habitação degradada seja somente destinada ao realojamento dos

bairros de barracas e não para o melhoramento de casas deixadas degradar.

#### PROPOSTA

Sabendo-se que muitas das culpas da crise da habitação cabem a funcionários camarários corruptos, que ainda hoje se mantêm nos seus antigos lugares;

Tendo em conta que alguns deles ainda hoje tentam entrar o processo fazendo demorar a resolução dos problemas;

#### PROPOMOS:

1. Que seja imediatamente feito um inquérito a todos aqueles que colaboraram activamente com o anterior regime.
2. Que se proceda ao imediato saneamento da Câmara, de todos aqueles que se prove terem contribuído, para este estado de coisas e que ainda hoje, passado um ano, o continuam a fazer.
3. Sejam reestruturados os serviços, de molde a pô-los funcionais, segundo as necessidades reais que deles se exigem.

#### COMISSÃO DE MORADORES DE SACAVÉM

#### FISCALIZAÇÃO DA CÂMARA

- 1.- Que se acabe imediatamente com o serviço de fiscalização através dos fiscais camarários, passando estes a ter funções dentro da Câmara porque há muito que fazer e de exploradores estão as populações fartas.
- 2.- Que o serviço de fiscalização passe a ser feito pelas Comissões de Moradores e outras organizações populares porque só estas organizações podem dar satisfação aos reais interesses dos trabalhadores.

- 3.- Que sejam expropriados a todos os funcionários da Câmara as casas e outros bens que se prove terem sido obtidos através do roubo aos trabalhadores.

#### FISCALIZAÇÃO CAMARÁRIA

- 1.- Que seja criada uma Comissão de Moradores que impeça o exercício da fiscalização das obras particulares pelos funcionários camarários (fiscalis e zeladores).
- 2.- Que essa mesma Comissão exerça uma fiscalização sobre o cumprimento dos horários de trabalho dos funcionários camarários.
- 3.- Que essa comissão entre imediatamente em funções



#### Grupo 4

### TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

#### TEMAS PROPOSTOS PARA DISCUSSÃO:

- Vias de Acesso
- Regulamentação dos transportes colectivos
- Segurança Rodoviária

#### PRESENCAS

Bairro Grilo (Camarate)  
Carcavelos (Lousa)  
Ribas de Cima (Fanhões)  
Ribas de Baixo (Fanhões)  
Bairro da Quintinha (Póvoa de Sto. Adrião)  
Olival de Basto (Póvoa de Sto. Adrião)  
Serra da Luz (Odivelas)  
Patameiras (Odivelas)  
Bairro Abreu Lopes (Odivelas)  
Bairro Nossa Sra. da Saúde (Catujal-Unhos)  
Bairro Areola Grande - Sta. Iria de Azoia  
Quinta da Serra (Póvoa de Sto. Adrião)  
Pontinha (Odivelas)  
Vale do Fono (Odivelas)  
Loures  
Bairro Venceslau-Catujal (Unhos)

Lousa de Cima  
Cabeço de Montachique  
Lagariça (Pinheiro de Loures)  
Bairro de S. José (Póvoa de Sto. Adrião)  
Bairro do Previlégio (Loures)

#### OUTRAS PRESENCAS

Junta de Freguesia de Sacavém  
Dois individuais

Com a nota de abertura foi posto à consideração dos participantes o estado caótico das nossas vias de acesso, a deficiência de transportes colectivos e a falta de segurança que se verifica nas nossas estradas.

Vários participantes fizeram intervenções muito positivas, quer apontando deficiências quer dando sugestões, tudo isso com uma objectividade que caracteriza a consciencialização que as massas populares começam já a ter

#### 1. VIAS DE ACESSO

##### 1.1. ESTRADAS E CAMINHOS CAMARÁRIOS

Foram apresentadas várias deficiências e, até mesmo insuficiências nas vias de comunicação, nas várias localidades do concelho.

Foi apresentada a seguinte proposta para a resolução destes problemas:

## PROPOSTA

- Reconhecendo a crise económica do nosso país, e a conseqüente falta de verbas disponíveis nas Camaras, mas interessadas estas que as populações colaborem na construção da Sociedade Socialista;

### PROPÕE-SE:

às populações que colaborem na resolução dos problemas através do seu trabalho, embora recebendo apoio técnico em máquinas e materiais.

Reconheceu-se também a necessidade de, em alguns casos, haver intervenção dos Organismos Oficiais, no sentido da expropriação dos terrenos necessários ao melhoramento ou construção das vias de acesso.

## 2. REGULAMENTO DOS TRANSPORTES COLECTIVOS

a) Foram focadas várias anomalias nas principais vias rodoviárias do concelho, especialmente relacionadas com os transportes colectivos.

b) Para a solução provisória dessas anomalias, foram propostas as seguintes soluções:

- Fiscalizar e actuar rigorosamente no sentido de que sejam cumpridos os horários das carreiras.
- Obrigar que os transportes colectivos ocupem, correctamente, os locais de paragem, de forma a deixarem livres as vias públicas.
- Actuar rigorosamente no sentido de não permitir que os meios de transporte individuais ocupem os espaços reservados aos transportes colectivos.

## 3. SEGURANÇA RODOVIÁRIA

- Actuar rigorosamente no sentido de que as empresas retirem para outros serviços, que não os transportes publicos, durante especialmente os fins de semana, as suas melhores unidades, pondo ao serviço do público carros que já não oferecem um mínimo de segurança e conforto.

- Péssimo estado geral das vias de comunicação, focando-se a necessidade premente da sua reparação.

- Má colocação ou inexistência de sinalização em as estradas e localidades.

- Atender-se, quando do estudo e execução das obras de reparação e construção de vias de comunicação, não só à segurança rodoviária, mas também à segurança dos peões.

- Necessidade de a curto prazo se proceder à reparação de algumas estradas existentes.

- Aumento do número de unidades de transportes públicos.

- Estudar a possibilidade de adaptação dos transportes colectivos com vista a serem utilizados pelos deficientes.

- Isenção de Impostos para os veículos particulares utilizados pelos deficientes.



## Grupo 5

### ENSINO

#### TEMAS PROPOSTOS PARA DISCUSSÃO:

- ENSINO PRÉ-PRIMÁRIO
- ENSINO PRIMÁRIO
- ENSINO SECUNDÁRIO
- ENSINO UNIVERSITÁRIO
- TRABALHADORES-ESTUDANTES
- POLÍTICA DE ENSINO

#### PRESENCAS:

Comissões de Moradores de:

- Póvoa de sto. Adrião
- Caneças
- Olival Basto
- Lousa
- Sta. Iria de Azoia

- Pinheiro de Loures
- Unhos
- Catujal
- Odivelas
- Serra da Luz
- Bucelas
- Cabeço de Montachique

Considerou a Assembleia, predominantemente constituída por Comissões de Moradores, que o último ponto, Política de Ensino, deveria ser estudado em primeiro lugar por parecer ser a análise deste ponto que condicionaria e abriria luz sobre os pontos seguintes. Assim, foi decidido dividir o tempo em duas partes:

- 1a. parte - política de ensino
- 2a. parte - os outros pontos, com análise da situação do ensino no concelho.

A análise da Política de Ensino foi feita segundo dois prismas:

- A- A Política de Ensino durante o regime fascista;
- B- A Política de Ensino para a sociedade democrática, rumo ao socialismo, que estamos construindo.

O estudo da Política de Ensino durante o regime fascista mostrou, como nota dominante, que a educação e o ensino eram privilégio de alguns e não direito de todos, e tinha as seguintes características:

- O ensino era ministrado e tinha uma característica repressiva;
- O ensino visava a formação de quadros que servissem os interesses do capitalismo monopolista.

Assim:

- O ensino pré-primário a nível oficial era inexistente, estando entregue a estabelecimentos particulares o que tornava e torna extraordinariamente o-

neroso e só acessível a classes economicamente favorecidas e abrangendo uma parte infima das crianças, desse nível etário.

- O ensino primário era deficiente e quase que visava apenas o ensinar a ler, a escrever e a contar, praticando-se em condições péssimas neste concelho.

- O ensino preparatório estava diversificado em três ramos: - 5a. e 6a. classes

- Telescola

- Ciclo Preparatório

o que vinha reforçar a selecção que a própria sociedade fazia, pois as crianças frequentando estes 3 diferentes ramos não se encontravam em pé de igualdade.

- O ensino preparatório dava acesso ao ensino secundário dividido em: - ensino técnico  
- ensino liceal.

Também o acesso a cada um destes ramos vinha na continuação de uma selecção económica e social:

- ao ensino técnico ascendiam crianças de famílias débeis economicamente, que iam frequentar para aprenderem um ofício e para posteriormente serem usados no mercado do trabalho como operários mais ou menos especializados.

Verificou-se que a criação do ensino técnico obedecia não às necessidades do país, mas sim às necessidades de mão de obra dos grupos monopolistas;

- ao ensino liceal ascendiam, na sua generalidade as crianças que tinham sido predestinadas, não talvez por aptidão mas por possibilidades económicas a ingressar a seguir na Universidade, pois era e durante muito tempo foi, o ensino liceal o único que dava acesso directo ao ensino Universitário.

- O ensino universitário era um ensino ao serviço das classes dominantes pois, como é sabido, em cada 100 alunos universitários apenas 4 são filhos de trabalhadores.

Este grau de ensino veiculava a ideologia fascista e destinava-se a formar os quadros que garantissem o domínio e continuidade do regime fascista. Destinava-se a formar aqueles que iriam ocupar postos de chefia.

Entrou-se depois no ponto B e assentou-se:

1. A escola deve estar ao serviço da revolução e das massas trabalhadoras;

2. A Escola deve estar aberta não só a aqueles que dela usufruem, mas a todos, facultando um ensino a todos os níveis. A escola deve funcionar como um centro de cultura ao serviço das populações.

A este propósito o representante do Sindicato dos Professores deu notícia da Operação Escola-Aberta, uma experiência piloto a lançar este ano na zona da grande Lisboa e que tem por objectivo MANTER ABERTAS AS ESCOLAS NO VERÃO, DESDE OS JARDINS INFANTIS ÀS ESCOLAS PREPARATÓRIAS.

Esta operação foi iniciativa do Sindicato dos Escritórios, e conta já com a colaboração do Sindicato dos Professores e do Comércio. Também aderiram a esta iniciativa o Serviço Cívico, a Direcção Geral dos Desportos e o Fundo de Apoio aos Organismos Juvenis.

Esta experiência visa ocupar o tempo de férias, com actividades diversas, mas não escolares, dos filhos daquelas famílias que não tenham hipóteses de ocupar integralmente o tempo de férias dessas crianças.

3. Foi também assente que, estando o país a democratizar-se com vista à construção da sociedade socialista, também o sistema educativo deve reflectir este avanço do processo revolucionário em curso e a escola não pode ser um foco da contra-revolução. Por isso se apontou para o saneamento das estruturas educativas.

4. A formação dos educadores, pedagógica e polí



tica, foi sentida como uma necessidade e, a este propósito, levantou-se o problema das crianças inadaptadas e deficientes (cujo número sobe a cerca de se<sup>te</sup>centas mil) e em que foi apontada a necessidade de uma colaboração professores-família, para que esta esteja esclarecida e não desmorone o trabalho que o professor faz.

Apontou-se o problema da integração destas crianças em escolas normais, embora se sinta a necessidade de professores especializados, de métodos apropriados. Falou-se também na necessidade de tornar a escola agradável não só a estas crianças, como a todas, devendo o curriculum escolar ter em vista este objectivo.

5. Os presentes foram concordantes em que a educação não é obrigação dos professores. Diz também respeito aos pais, e estes devem organizar-se para acompanhar e pressionar revolucionariamente as transformações necessárias ao ensino.

Daqui a importancia das Comissões de Pais, integradas de futuro nas Comissões de Moradores, a quem cabe um papel decisivo na vigilancia e definição da política educativa, podendo até avançar na ocupação de lugares como orientadores, dentro da descentralização e regionalização do ensino que se pretende, tendo em conta as características e potencialidades de cada região.

6. A estruturação revolucionária do ensino a partir das organizações populares foi uma orientação definida e a seguir ao campo da educação.

7. Por fim, assentou-se no principio de uma educação que tenha em conta as potencialidades da criança e permita o seu desenvolvimento como homem livre e integral.

Cada uma das Comissões de Moradores foi chamada a pronunciar-se acerca da situação do ensino na sua área.

Assim foi possível fazer-se o seguinte levantamento:

- Ensino Pré-Primário - inexistente
- Ensino Primário - instalações degradadas, insuficientes e deficientes levando ao funcionamento duplo e triplo.

Há exemplos angustiantes: Sta. Iria - prevê-se 1 número de 300 crianças em excesso, isto é, sem instalações para frequentarem aulas no próximo ano lectivo, esgotados já todos os recursos.

Catujal, povoação com cerca de 7000 habitantes, sem escola, vendo-se as crianças na necessidade de se deslocarem, para frequentarem o ensino primário, para Sacavém, Apelação e Unhos.

Odivelas - freguesia com 110 000 habitantes com 58 salas de aula, em que só Odivelas tem 32.

- Ensino Preparatório - O concelho conta com 3 escolas: -Carolina Michaelis em Loures
- Avelar Brotero em Odivelas
- Gaspar Correia em Sacavém.

No caso de Odivelas, um edifício construído para albergar 600 alunos conta actualmente com uma frequência de 2200.

Aqui aponta-se para a criação de mais escolas do ensino preparatório para descongestionar as existentes e servir melhor a população. Em Caneças, a Comissão Pró-Escolar está já a avançar para a construção de uma escola preparatória. Para o efeito foram já estabelecidos os devidos contactos com o MEIC.

-Ensino Secundário - não existe, tendo as crianças de se deslocarem para Lisboa, estando sujeitas a grandes perdas de tempo e gastos elevados em transportes que chegam a atingir os 40\$00 diários, e em alimentação o que é incomportável para muitas famílias. Dado isto, muitas crianças ficam apenas com o Ciclo Preparatório, impedidas de continuarem os seus estudos.

Face a estas carencias, quais as medidas a tomar?

Instalações - para que seja possível obtê-las,



decidiu-se avançar para:

- expropriações de terrenos, nos casos em que outras hipóteses não sejam viáveis;
- aproveitamento integral das instalações já existentes;
- reconversão de edifícios que possam funcionar como salas de aula;
- acabamento até Outubro das instalações já começadas pressionando-se esse acabamento;
- entrada em contacto com o MFA para resolução da situação do Instituto de Odivelas, possuidor de boas instalações escolares e gimno-desportivas, subaproveitadas e ao serviço de uma minoria de alunos, vindos na maioria de Lisboa.

Sentiu-se a necessidade de uma planificação, a nível de Concelho, no que diz respeito a instalações e sugeriu-se a criação de uma Comissão Dinamizadora de Ensino com ramificações a nível de Freguesia.

Transportes - é um problema que embora grave, surge como secundário e que virá após o das instalações esse sim prioritário.

as instalações são o problema prioritário e aquele cuja resolução carece de maior urgência. Construir instalações sairá mais barato do que transportes gratuitos para todos os alunos pois foi focada a desigualdade de condições entre estes alunos que chegam a gastar 40\$00 diários em deslocações para esta belecimentos de ensino em Lisboa, e aqueles que têm a escola à porta, não necessitando portanto de gastar dinheiro em deslocações.

Foi também salientado o papel importantíssimo das Escolas do Magistério Primário, como formadoras de futuros professores do Ensino Primário.

Também essas escolas devem promover um ensino ao lado da Revolução, e de acordo com a Sociedade Socialista que todos estamos a construir.

Estas escolas não podem funcionar no tempo de hoje com os esquemas do tempo de ontem.

As Comissões de Moradores e a população em ge-

ral foram alertadas para a vigilância que devem exercer sobre a qualidade do ensino e a actuação dos professores, para que não seja permitido que a escola seja uma trincheira da contra-revolução.

As prioridades, no que diz respeito à situação do ensino no Concelho, são portanto as de instalações, e a formação de bons orientadores para um ensino que se quer ligado à vida, à sociedade e ao trabalho. A escola não é uma isolada no meio da sociedade, é sim um corpo em diálogo da sociedade e com o trabalho, atenta aos ensinamentos que daí podem advir e pronta a elevar o nível cultural das populações que deve servir.

Foram aprovadas três moções que obedecem ao espírito com que decorreram os trabalhos.

#### MOÇÃO

Considerando que:

1. A política de ensino, prioritária em qualquer processo revolucionário, deve estar ao serviço do povo;
2. A Revolução Cultural não pode ser levada a cabo sem a participação de todo o Povo português;
3. A organização de massas tem um papel fundamental na estruturação do ensino e no avanço em geral do processo revolucionário agora em curso no nosso país;
4. As instalações escolares são francamente deficientes e atingem mesmo uma situação angustiante e caótica, não permitindo uma efectiva política de ensino tendente à formação de homens livres;

Propõe-se que:

1. Todas as organizações populares, tais como, Comissões de Moradores, em estreita colaboração com os agentes de ensino verdadeiramente empenhados no



processo revolucionário se debruçam de imediato sobre a forma de solucionar o problema das instalações escolares.

2. Se faça um inventário das necessidades globais a nível de freguesias, (número de crianças em idade escolar, nos vários graus de ensino, instalações existentes e número das que seriam necessárias, terrenos possíveis de serem expropriados, etc.) de modo a haver uma planificação a nível de concelho.

3. Se exija que as instalações em construção sejam concluídas em Outubro.

#### MOÇÃO

Considerando que:

1. Determinados meios de opressão corporal e prepotência ainda hoje marcam profundamente a sensibilidade dos alunos mais pequenos;

2. A ideologia fascista enraizou tais fórmulas, anti-pedagógicas e contrárias a todo o processo revolucionário em curso;

3. A Revolução Cultural deve avançar e para tal tais fórmulas de repressão devem ser abolidas;

Propõe-se:

1. Que os castigos corporais sejam abolidos de se praticarem aos alunos;

2. Que a ilustração de livros escolares não contenha imagens burguesas, inculcando psicologicamente a mente dos pequenos alunos;

3. Que todo o educador contrário a estes elementares critérios de ensino democrático seja, uma vez averiguada a sua culpabilidade, saneado compulsivamente de exercer funções docentes;

4. Que estas soluções sejam apresentadas ao MEC a fim de as mesmas virem a ter plena concretização,

durante a próxima época escolar.

Comissão de Ensino de Odiveelas  
(Aprovada por aclamação)

#### MOÇÃO

Que o ensino seja posto ao serviço das classes trabalhadoras, criando os quadros necessários à Revolução, não admitindo que as escolas continuem apenas a servir o parasitismo e os pseudo-revolucionários. Para tal, exige-se um reforço da autoridade revolucionária nas escolas.

## Grupo 6

### PEQUENOS COMERCIANTES

#### TEMAS PROPOSTOS PARA DISCUSSÃO:

- Contribuições e impostos
- Concorrência dos monopólios
- Crédito da banca
- Preços e margens de lucro
- Abastecimento de mercados
- Formas de Associação

#### PRESENÇAS:

Comissão de Trabalhadores do Aviário do Freixial  
Comissão Dinamizadora de Pequenos Comerciantes  
Pequenos comerciantes de:

- 5º Bairro
- Sta. Iria de Azoia
- Sacavém
- Lousa
- Bº S. José (Póvoa Sto. Adrião)
- Loures
- Odivelas

- S. Julião do Tojal
- Mealhada
- Bº Banheiras (S. João da Talha)

#### CONCLUSÕES

- Aplicação de taxas progressivas sobre os lucros, de modo a que os pequenos comerciantes sejam aliviados.
- Os pequenos comerciantes vivem em precárias condições devido a estarem totalmente dependentes dos monopólios.
- Impõe-se a criação de um organismo do Estado, que centralize a importação e distribuição dos produtos, nomeadamente os de primeira necessidade.
- Que toda a banca, agora nacionalizada, esteja também ao serviço dos pequenos comerciantes de modo a poder satisfazer as suas necessidades.
- Dum modo geral as populações entendem e agem, como se fossem os pequenos comerciantes os principais culpados dos altos custos dos produtos.
- Impõe-se que sejam fixados: preços, margens de lucro e datas de validade nos produtos de primeira necessidade.
- Impõe-se que sejam criadas condições que levem à nacionalização do grande comércio grossista.
- Necessidade de legislação que permita a compra directa ao produtor.
- Reconhecer a necessidade de existencia de um aparelho de Previdencia que assegure a protecção na doença, na velhice, na invalidez, etc.



- Estudo sobre a possibilidade de garantia de um ordenado mínimo e demais garantias sociais em igualdade de circunstâncias com outros trabalhadores.

- Concluí-se finalmente pela grande necessidade da criação de associações de classe.

## Grupo 8

### PEQUENOS AGRICULTORES

#### TEMAS PROPOSTOS PARA DISCUSSÃO:

- Crédito da banca
- Concorrência
- Contribuições e impostos
- Formas de apoio técnico e outras
- Ligas ou outras formas de organização

#### PRESENCAS:

Comissão Liquidatária do Grémio da Lavoura  
Pequenos camponeses de: Louisa

Sete Casas-Loures  
Piriscoxe-Sta. Iria Azoia  
Louisa de Cima

Comissões de Moradores: Louisa de Cima

Casais de Monte Gordo-Louisa

## CONCLUSÕES

- Necessidade de organizar com a maior brevidade a liga de pequenos e médios agricultores.

- Urgencia na transformação da actual Cooperativa Agrícola de Lousa, numa verdadeira Cooperativa polivalente que defenda todos os interesses dos associados, que não devem ser apenas os actuais mas sim todos os pequenos agricultores que a ela queiram aderir.

- Urgencia de saneamento na UCAL e aproveitamento de todas as estruturas, incluindo as avícolas que estão paralizadas, para o interesse da colectividade e da economia nacional.

- Que o Governo Provisório faça urgentemente todas as diligencias para a efectivação do encurtamento dos circuitos comerciais dos produtos da agricultura, nomeadamente da carne, frutas, hortaliças, vinho, através da criação de empresas públicas, nas quais participem activamente as Cooperativas de produção e comercialização.

- Verificou-se a vantagem da criação de Cooperativas de Produção, começando-se por procurar interessar nelas os criadores de gado (porcos, bovinos, aves, etc.) de forma a que os produtos sejam entregues ao consumidor sem a interferencia de intermediários.

- Apoiar a criação de "boisas de gado" nas quais os vendedores e compradores realizem as suas operações de compra e venda.

- Urge que a actividade agrária seja colocada a coberto de seguro que a defenda contra todos os riscos, para o que se deve rapidamente e sem tibiezas, especializar uma ou mais companhias de seguros nacionalizadas.

- Reconhece-se as vantagens do crédito agrícola

e de emergência. Verifica-se contudo que é urgente, criar e ampliar formas de crédito a médio e longo prazo que permitam à banca nacionalizada facilitar e fomentar a reestruturação das empresas dos pequenos e médios agricultores sobretudo todas as formas de exploração agrária de tipo colectivo.

- Conclui-se que o actual encerramento dos mercados de hortaliças aos domingos não favorece os principais interessados (produtores e consumidores) pelo que se propõe que o encerramento passe a efectuar-se à Segunda-feira.

- Que urgentemente se transforme as estruturas, dos mercados abastecedores criando-se outros tecnicamente orientados em moldes que visem defender os interesses dos produtores e consumidores e não de intermediários e mandatários como actualmente.

- Foi resolvido que é urgente que se arranque com a reforma agrária, divulgando-se amplamente as suas finalidades e moldes de actuação.

- Saudar calorosamente os heróicos camponeses a lantejanos (assalariados agrícolas, pequenos e médios camponeses) pela luta desenvolvida no lançamento das bases da Reforma Agrária, base do nosso Socialismo.

- Enviar ao Conselho Superior da Revolução toda a nossa solidariedade e encorajamento pelo cumprimento do seu programa e manifestar toda a nossa confiança em que se torne urgente uma economia agrária verdadeiramente Socialista.



**Grupo 9**

**BATALHA DA PRODUÇÃO**

PRESENCAS:

Aviário do Freixial  
Copam  
Friventil  
Julio Gonçalves Batista  
Tomaz dos Santos, Lda.  
Pires, Antunes e Tornicha  
Sociedade Nacional de Embraiagens e Travões  
MEC  
Companhia Portuguesa de Trefilaria  
Transcodam  
Fábrica de Borrachas Java  
Casimiro Coelho Novais  
Automática Eléctrica  
J. F. de Azevedo Silva, SARL  
Robbialac  
Ucal

Cõmissões de Moradores de:

Casal do Privilégio  
Sacavém

## Outros Participantes:

Comissão Nacional Unitária de Trabalhadores  
Delegado Sindical da Eurofil  
Dirigente do Sindicato dos Metalurgicos de Lisboa  
Um membro da UEC

## CONCLUSÕES

- Os trabalhadores, através das suas organizações devem tomar medidas enérgicas contra todos os sabotadores da economia, tanto no campo da fuga de capitais como pela recusa de investimentos.

- Exigem medidas severas dos órgãos governamentais para punir tais actos contra-revolucionários, não se admitindo a possibilidade de caução.

- Os trabalhadores presentes apoiam e exigem o respeito pela lei da unicidade sindical e repudiam qualquer tentativa que possa vir a pôr em causa esta grande conquista da classe trabalhadora.

- Os trabalhadores presentes, face às dificuldades sentidas no prosseguimento da sua luta pela defesa dos interesses das classes exploradas, exigem o saneamento do aparelho de estado, até às suas últimas consequências.

- Os trabalhadores presentes neste encontro, tendo em atenção as dificuldades criadas por formas de gestão capitalista, que numa sociedade de concorrência de mercado lançam trabalhadores contra trabalhadores, proclamam a necessidade de estreita aliança e contactos entre as várias formas de organização popular, como um primeiro passo para a intervenção em todo o aparelho de estado e no planeamento da economia nacional.

- Os trabalhadores presentes neste encontro chamam a atenção para a falta de participação activa por parte de alguns trabalhadores menos esclarecidos, no processo da batalha da produção.

- Absentismo ao trabalho, redução de horários de trabalho, baixas injustificadas e outras formas de quebra de produção, não ajudam em nada o processo revolucionário pelas dificuldades económicas que acarretam, e vão ao encontro dos interesses reaccionários dos sabotadores da economia.

- A luta pelo fim da exploração capitalista passa pelo controle operário sobre a produção e não por formas de destruição da economia.

- Manifestam a sua preocupação pelas finalidades que podem estar por detrás do congresso da CIP.

- Consideram que a economia nacional, tendo em vista a construção de uma sociedade socialista, não pode ser salva pelos capitalistas mas sim pelos trabalhadores.

- Tendo em atenção que a sociedade capitalista, que querem ver destruída, sempre manteve os trabalhadores na ignorância, facto que dificulta no momento a sua tomada do poder, os trabalhadores presentes neste encontro manifestam a necessidade urgente da criação de escolas de gestão administrativa voltadas para as necessidades de construção da futura sociedade socialista.

- Preocupados com o problema do desemprego, manifestam a necessidade de alertar as organizações dos trabalhadores para a aplicação de medidas que passam pelo desenvolvimento da batalha da produção, reconversão e aplicação de novos investimentos, eliminação das horas extraordinárias e impedimento do pluriemprego.

- O 1º Encontro das Organizações Populares do Concelho de Loures proclama a necessidade de em todos os locais de trabalho se promover uma verdadei-



ra revolução cultural que permita a elevação do nível cultural e técnico de todos os trabalhadores, de forma que estejam preparados para assumir as responsabilidades a participação activa em todos os níveis da produção e construção da sociedade socialista, que ponha fim à exploração do homem pelo homem.

- Todos os trabalhadores devem criar as estruturas de organização capazes de intervir no processo de produção.

- É através das suas organizações que devem exercer o controle de toda a actividade da sua empresa, através do acesso a reuniões, arquivo e documentos e tudo o que diz respeito a actos de administração.

- O controle da produção tem que apontar no sentido de pôr a empresa ao serviço dos interesses mais amplos dos trabalhadores portugueses e do Povo Português.

- Os trabalhadores devem organizar-se em CDRs nos seus locais de trabalho para:

- a) Defender por todos os meios, incluindo os armados se necessário, a construção do socialismo e as conquistas já alcançadas nesse sentido.
- b) Consciencializar todos os trabalhadores do imediato período de ver de participar activamente como vanguarda popular em estreita colaboração com o MFA.

- Os CDRs, devem ser uma organização unitária, apertidária e devem incluir elementos do MFA.

- Os CDRs, devem integrar todas as pessoas sinceramente integradas dentro do espírito revolucionário do 25 de Abril, conscientes das suas responsabilidades de participação no momento político que o País atravessa para o alcance da sociedade socialista.

## RECOMENDAÇÕES, PROPOSTAS E MOÇÕES

### RECOMENDAÇÕES, PROPOSTAS E MOÇÕES

#### RECOMENDAÇÕES

- 1.- As Juntas de Freguesia de Bucelas e Sto. Antão do Tojal não se fizeram notar neste grande encontro das organizações populares do Concelho. Apeleou-se para que de futuro participem activamente.
- 2.- Que todos os individuos que tiveram ligações com a PIDE, Legião, Acção Nacional Popular e União Nacional, não façam parte das organizações populares.

#### MOÇÃO

- 1.- Considerando que passados aproximadamente 14 meses desde o 25 de Abril de 1974, o Código Administrativo pelo qual se regem as Autarquias Locais continua a ser o mesmo do regime fascista;
- Exigimos ao Conselho Superior da Revolução, que pressione o Governo Provisório no sentido da rápida substituição desse Código e criação de leis revolucionárias que dêem às Autarquias Locais

uma autonomia que lhes permita resolver, rápida e eficientemente, os problemas do Povo português.

#### PROPOSTAS

- 1.- Considerando que não se encontram presentes, como seria de esperar, representantes dos órgãos de comunicação social, especialmente rádio e televisão,

propõe-se:

- 1.- Que se envie a esses órgãos informação detalhada desta realização e respectivas conclusões, lamentando a sua ausência em assembleias de tanta importância para a organização popular.
- 2.- Que em todas as organizações populares se crie uma secção contra boatos (em colaboração com o MFA) a fim de dismantelar a tensão psicológica, que a famigerada reacção pretende criar.
- 3.- Que as conclusões, recomendações, moções e propostas deste encontro sejam compilados num só volume e que seja posteriormente distribuído pelas Autarquias Locais e Organizações Populares para que sejam amplamente discutidas, a fim de elaborarem teses e projectos de lei a enviar ao Poder Executivo deste País.
- 4.- Que as conclusões, recomendações, moções e propostas deste encontro sejam enviadas ao Conselho Superior da Revolução.

#### PROPOSTA PARA CONSTITUIÇÃO DA ASSEMBLEIA POPULAR

(Aprovada por grande maioria e aclamação)

As Assembleias Populares são órgãos de intervenção das massas populares organizadas que em estreita ligação com as autarquias locais e de acordo com as condições concretas existentes localmente têm como dinâmica a participação popular a todos os níveis na defesa e desenvolvimento do processo revolucionário rumo à SOCIEDADE SOCIALISTA.

#### OBJECTIVOS

- Mobilização das massas populares para a sua participação na resolução dos seus problemas concretos;
- Consciencializar e organizar as massas populares com vista a aniquilar todas as tentativas de sabotagem, boicote e outros crimes contra o processo revolucionário;
- Consciencializar as massas populares para os sacrifícios que a construção do Socialismo vai exigir;
- Elevar a consciência política e cultural das massas populares com vista ao combate contra o individualismo, o egoísmo, etc., criando uma consciên-



cia colectiva e uma verdadeira cultura popular;

- Fortalecer a aliança das massas populares com o MFA com vista à concretização dos anseios comuns e na construção de uma sociedade justa e digna;

- Promover a intervenção criadora das massas populares na vida política, económica e social do País.

#### PRINCIPIOS GERAIS DE FUNCIONAMENTO

- A Assembleia Popular funcionará respeitando os princípios democráticos, garantindo a livre discussão de todos os assuntos de interesse geral;

-As decisões tomadas vinculam todas as organizações populares participantes.

#### QUEM PARTICIPA?

- a) Comissões de Trabalhadores
- b) Comissões de Delegados Sindicais
- c) Comissões de Moradores
- d) Comissões de Defesa da Revolução (CDRs.)
- e) Delegados das Assembleias de Unidade (ADU)
- f) Associações de Pequenos Comerciantes
- g) Associações de Pequenos Industriais
- h) Liga de Pequenos Agricultores
- i) Outras Organizações Populares (Colectividades, Bomobeiros, etc.)
- j) Autarquias Locais

#### ESTRUTURAS DA ASSEMBLEIA POPULAR

- Funcionará um executivo da Assembleia Popular cujas funções serão as de dar cumprimento às suas decisões, convocar e preparar as suas reuniões;

- Este executivo será constituído por representantes das organizações existentes.

#### PROPOSTA

Com vista à execução das decisões deste Plenário, propõe-se a nomeação dum Conselho Executivo Provisório, cuja composição será:

- 1 representante do Conselho de Moradores de Sacavém;
- 1 representante do Conselho de Moradores de Odivelas;
- 1 representante do Conselho de Moradores de Moscavide;
- 1 representante do Conselho de Moradores de Apelação;
- 1 representante das Comissões de Trabalhadores de Sacavém;
- 1 representante das Comissões de Trabalhadores de Santa Iria de Azoia;
- 1 representante das Comissões de Trabalhadores de S. João da Talha;
- 1 representante das Comissões de Trabalhadores de Odivelas;
- 1 representante do Secretariado das Juntas de Freguesia;
- 1 representante da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Loures.

(Aprovada por grande maioria e aclamação)



CD 25A



CD 25A

51  
REPRODUCED FROM